

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO DE GEOGRAFIA

CARLOS ROBERTO LOPES CAMPOS



**Parque Estadual da Serra do
Brigadeiro (PESB): Uma análise das
atividades turísticas no entorno da
Unidade de Conservação (Araponga e
Fervedouro)**

ORIENTADOR:

EDSON SOARES FIALHO

VIÇOSA
JUNHO DE 2008

ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES ESPACIAIS DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS, NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL
DA SERRA DO BRIGADEIRO

CARLOS ROBERTO LOPES CAMPOS

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO CURSO GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
VIÇOSA, COMO PARTE DO REQUISITO NECESSÁRIO À OBTENÇÃO DO BACHARELADO.

MEMBROS DA BANCA:

PROFESSOR EDSON SOARES FIALHO (UFV-DAH)

PROFESSOR RAFAEL ÁVILA (UFV-DAH)

PROFESSOR LEANDRO DIAS CARVALHO (UFV-DAH)

CAMPOS, Carlos Roberto Lopes.

Análise das repercussões espaciais das atividades turísticas, no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Carlos Roberto Lopes Campos. Viçosa: UFV/DAH, 2008.

1. Turismo.
2. Unidade de Conservação.
3. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Agradecimentos

Agradeço a toda a minha família, principalmente aos meus pais e ao meu irmão, e a todos os que depositaram em mim a confiança de e acreditaram no sucesso de mais etapa vencida. Ao corpo docente da UFV, que pude durante esta formação conviver, a eles o muito obrigado pela contribuição na minha formação e aos amigos colegas que auxiliaram e contribuíram para a formatação desta obra. Não podendo esquecer aquelas pessoas mais que especiais que convivi durante o período da graduação, onde com certeza algumas estará para sempre na minha memória e sempre serão lembradas nas horas de alegrias. E aquela pessoa especial que conheci na UFV que desejo que esta possa estar ao meu lado para sempre.

Resumo

Este trabalho analisa a atividade turística em uma região do PESB, mais precisamente no setor dois do plano de manejo, onde se encontram os municípios de Araponga e Fervedouro (BR 482). Considerando que as atividades turísticas se fortaleceram após o decreto que institucionalizou a criação do parque, quando é realizado algumas bem feitorias no parque, como a sede administrativa e o centro de visitantes. Atualmente se observa na região alguns empreendimentos para prestação de serviços para turistas, onde a relação social tem mudado significativamente. Alguns empreendedores vêem a atividade turística, no futuro, como a principal renda da região o que repercute em um processo de valorização da terra no entorno da Unidade de Conservação. Justo a isso, existe uma grande expectativa a respeito das melhorias que o PESB poderá fornecer a população local do entorno. Partir das entrevistas realizadas com agentes produtores do espaço (poder público e iniciativa privada) e os turistas, podem-se constatar que há o início de uma reorganização espacial, com base na mobilidade econômica, que está intimamente ligada as práticas turísticas da região.

Lista de Siglas

BR – Rodovias Federais

COP – Conferencia das partes

CTA/ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EUA – Estados Unidos da América

ES – Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IEF – Instituto Estadual de Florestas

KfW – Kreditaustalt fur Wienderaufbau (Bando da Alemanha)

MG – Minas gerais

ONG – Organização não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PESB – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

Pnuma – Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

PROMATA – Programa de Proteção da Mata Atlântica

RJ – Rio de Janeiro

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TRSB – Território Rural da Serra do Brigadeiro

TV – Televisão

Lista de Figuras

Figura 1 – Localização do Parque	33
Figura 2 – Perfil esquemático da Região	34
Figura 3 – Setores de Amostragem.....	38
Figura 4 – Locais de Coleta de Dados.....	41
Figura 5 – Foto da sede administrativa do Parque.....	42
Figura 6 - Pico do Boné	47
Figura 7 - Pico do Soares	47
Figura 8 – Cachoeira do PIU	47
Figura 9 - Bar do PIU.....	47
Figura 10 – Distrito Madeira	50
Figura 11 - Pousada e restaurante Brigadeiro.....	50
Figura 12 – Entrevista com Ronaldo Vitarelli	50
Figura 13 – Cachoeira.....	50
Figura 14 – Restaurante	52
Figura 15 – Pousada Serra d’água	52
Figura 16 – Turistas.....	53
Figura 17 – Turistas no Distrito do Madeira	53
Figura 18 – Placa indicativa	62

ÍNDICE

AGRADECIMENTO	4
RESUMO	5
LISTA DE SIGLAS	6
LISTA DE FIGURAS	7
INTRODUÇÃO	09
CONTEXTUALIZANDO PROBLEMA	10
OBJETIVOS	12
GERAL	12
ESPECÍFICOS	12
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	13
1.1. PARADIGMAS DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA.....	14
1.2. UNIDADES DE PROTEÇÃO DA NATUREZA	21
1.3. ESCOLAS DO PENSAMENTO ECOLÓGICO	26
1.4 . TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM UC ´S.....	28
CAPÍTULO 2 - ÁREA DE ESTUDO	33
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	36
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E RESULTADOS	40
4.1. ANÁLISE DAS ENTEVISTAS.....	41
4.1.1. PODER PÚBLICO.....	41
4.1.2. INICIATIVA PRIVADA	47
4.1.3. TURISTAS.....	52
4.2. Análise do número de Visitantes e suas origens.....	53
4.3. ATUAÇÃO DE ONG´S.....	57
4.3.1. AMBIENTE BRASIL CENTRO DE ESTUDOS.....	57
4.3.2. IRACAMBI.....	57
4.3.3. CTA/ZM.....	58
4.4.TERRITÓRIO RURAL DA SERRA DO BRIGADEIRO.....	59
CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

INTRODUÇÃO

A questão da proteção da natureza desde a década de 1960, quando da realização da Conferência do Clube de Roma, vem ganhando cada vez mais relevância, no cenário internacional. O resultado disso, é que a humanidade está mais atenta aos acontecimentos que afetam a natureza.

Tanto assim que inúmeros estudos desde esta data estão aprofundando as discussões a respeito dos problemas sócioambientais que a Terra está passando. Nota-se que vários trabalhos em relação a estes tipos de problemas ligados a natureza, tem como intuito analisar a relação destes problemas sócioambientais com o modo de desenvolvimento da sociedade.

Este modo de desenvolvimento, que visa à exploração dos bens e valoriza a mais valia, denominado de modo capitalista de produção, segundo os marxistas, visa a máxima exploração, tanto do ser humano, das máquinas e dos recursos naturais. Dentro desta lógica, em quase a sua totalidade, os principais problemas sócioambientais, que se identifica, estão diretamente ligadas à questão do desenvolvimento humano, uma vez que este está intimamente ligado a exploração de recursos naturais e a queima de combustíveis fósseis.

Nesse contexto, houve um aumento das preocupações com a preservação e a conservação do meio ambiente que se tornou cada vez mais presente dentro de nossa sociedade. Podemos listar algumas reuniões internacionais que envolveram várias nações com o objetivo de discutir as questões dos problemas sócioambientais que assolam o planeta. Em 1972 ocorreu, na Suécia, a Conferência de Estocolmo; em 1992 no Rio de Janeiro a ECO 92, em 2002 em Johannesburgo na África do Sul a Rio + 10 e em 2003, no Japão, em uma COP (Conferência das Partes), onde foi instituído o Protocolo de Kyoto, que visa à diminuição da emissão dos agentes poluentes na atmosfera. Apesar disso, até hoje há resistência de alguns países em assinar este documento, tendo como principal argumento uma recessão econômica que poderia causar problemas econômicos a toda a população do planeta.

Segundo Leis (1999) esta complexidade configurada pela dinâmica social da sociedade de hoje, e as derrubadas de fronteiras tanto econômicas, culturais e ambientais, nos dá a noção como se torna importante que todos discutam os

problemas de cunho planetário tendo como exemplo as conferências mundiais listadas acima. Sendo que este crescimento da idéia de defesa do ecológico está relacionada aos movimentos ambientalistas. Estes tem pressionado as autoridades a tomarem uma posição em relação aos acontecimentos mundiais, em relação ao meio ambiente, que estão acontecendo em nossos tempos.

Dentro destas várias discussões envolvendo praticamente todas as nações mundiais, observa-se que a preocupação com as questões sócioambientais vem aumentando com o passar dos anos, o que não é muito diferente aqui no Brasil, país este rico em belezas naturais, detentor de vários biomas que são ricos em biodiversidade e que ao longo de sua história vem passando por alguns problemas ambientais, como a exploração e a destruição das reservas naturais que se encontram dentro de nosso território. Com o aumento desta preocupação com as questões envolvendo a natureza, o poder público estabeleceu regras para que se possam coibir ações que degradam os locais que ainda apresentam grandes riquezas naturais, é instituindo algumas leis, que ganham destaque no cenário nacional, como a lei 9.985 de 2000, que trata da criação e a preservação de Unidades de conservação (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC), lei esta que irá ditar as regras para a criação e a conservação e o gerenciamento das Unidades de Conservação (UC).

Contextualizando o Problema

A busca por locais de belezas naturais, com o intuito de visitação para a simples prática de lazer aliado ao descanso, faz com que haja um maior interesse das pessoas a buscarem locais como o Parque Nacional da Serra do Brigadeiro (PESB).

Como a Geografia busca entender as relações entre a sociedade e a natureza, analisando que este pode fazer para alterá-lo em busca de seu bem estar e conforto, justifica analisarmos estes locais de uma grande riqueza natural sendo este utilizado pelo homem com intuito de lazer e bem estar.

Logicamente, a busca por locais que ofereçam atrativos turísticos, como o PESB, acarretará em uma mudança, tanto da paisagem, quanto na questão econômica, pois os agentes imobiliários que irão se instalar poderá alterar as relações de poder entre os grupos sociais que vivem no entorno do PESB. Podem-

se classificar como agentes imobiliários dois setores da sociedade, o primeiro é o estado, devido à implantação do Parque e a sua construção da sede, que visa à acomodação de pesquisadores e turistas, o segundo é a iniciativa privada que é representada pelos proprietários de pousadas e estabelecimentos comerciais que se localizam nas áreas de entorno do Parque, buscando explorar os atrativos turísticos que se encontra nesta região, como cachoeiras, paredões, animais silvestres e grandes reservas de mata atlântica, o que torna a região um local com grande beleza.

Devido à prática turística, inserida na região na forma para muitos como ecoturismo, as relações sociais irão se alterar significativamente, onde a vida pacata das pessoas que ali vivem com suas famílias terá o seu cotidiano alterado em decorrência ao número de visitantes que começarão a aparecer neste local.

Partindo deste ponto de vista, pode-se mensurar que trabalhos desta natureza ganham importância, pois poderemos analisar alguns pontos que estão explícitos dentro da sociedade local, que ainda não foi citado anteriormente e muitas vezes nem documentado por estudos passados.

O presente trabalho irá analisar a prática do turismo na região, estudando a dinâmica que se encontra no local, a partir das pousadas e benfeitorias, que se encontram ao longo da BR 482, rodovia que liga o Município de Araponga ao Município de Fervedouro, ambos em Minas Gerais. Ao longo desta, poder-se-á observar as pousadas, a sede administrativa do parque voltada para receber turistas e pesquisadores, alguns pequenos estabelecimentos comerciais que atendem as pessoas que procuram a região com o intuito de apreciar os atrativos turísticos.

OBJETIVOS

Geral;

Analisar as implicações da atividade turística, na organização territorial do entorno do PESB.

Específicos;

- Identificar atrativos turísticos ao longo da BR 482, por meio de trabalho de campo;
- Identificar as atividades desenvolvidas pelos agentes produtores do espaço ligados a atividade turística;
- Entrevistar os empreendedores turísticos, turistas, agentes públicos e representantes do Território Rural da Serra do Brigadeiro;
- Fazer levantamento de visitantes, na sede do parque, e a origem deste em um período de um ano;
- Identificar atividades desenvolvida por ONGs junto ao PESB.
- Fazer levantamento dos projetos de investimentos relacionados pelo turismo desenvolvido pelo T.R.S. B (Território da Rural da Serra do Brigadeiro).
- Analisar a implantação de uma Infra-estrutura turística no entorno do PESB, e suas repercussões junto ao parque a população do entorno.

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil é um país onde sua economia desde os tempos coloniais tem uma forte influência das atividades agrícolas, contudo atualmente, mesmo após o advento do período da industrialização, na década de 1950, o peso dos produtos do agronegócio alcançam um terço da lista de produtos exportáveis, observando assim que o país têm grande dependência da parte agrícola, responsável por uma balança comercial positiva. Todavia, esta evolução agrícola tem causado “prejuízos” aos nossos recursos naturais, tendo como base a análise das riquezas florestais de nosso território. Partindo deste pressuposto nota-se a incorporação de novos espaços desde a marcha do café vem produzindo o desmatamento das florestas da região do sudeste que hoje apresentam pequenos remanescentes de fragmentos do nosso território. MOREIRA (1999) ao analisar este tema tomando como critérios, tipos de conflitos, o autor identifica áreas a serem usadas e das que não podem ser usadas, na medida em que:

“O uso inadequado do solo se torna uma questão muito delicada, pois, boa parte das propriedades rurais apresenta algum tipo de uso “conflitivo”. Isso implica que muitas vezes o proprietário rural acaba usando uma área que “legalmente” não pode ser usada, pois é uma área de grande importância na parte ambiental”. (MOREIRA, 1999, p. 53).

Dentro desta lógica os conflitos podem ocorrer em relação à questão fundiária, na medida em que os agricultores podem se expandir em direção a área que constituem as UC's, ou através da criação de UC's, que podem gerar conflitos de uso, fundiários. Em alguns casos nota-se que existem pessoas que usam a área para a retirada de alguns produtos, para fins comerciais, e em outros casos para fins de uso de sua sobrevivência, levando a acreditar que a retirada destes produtos está intimamente ligada a questão dos usos e costumes locais.

Embora a vegetação seja muito importante no que diz respeito a proteção de solo e a conservação de nascentes, como atenta a lei de proteção dos recursos hídricos de 2000, número 9.433, demonstra como deve ser desenvolvido o uso

dos mananciais hídrico de maneira que não afete a região que estes recursos hídricos sejam de uso comum.

Dentro desta discussão, Valente e Gomes (2001), demonstram em seus estudos a importância da proteção do solo com uso de vegetação natural ou exótica (tipo reflorestamento de eucalipto e pinos), pois a manutenção de vegetação propicia uma maior infiltração de água e uma proteção “natural” ao solo, contra os processos erosivos.

Vidal (2001, p. 26), caracteriza a degradação do solo quando da retirada da cobertura vegetal, ou seja, que o local sofreu uma substituição de sua flora e fauna, e de camada superficial fértil, que vem ocasionar uma mudança no regime de vazão. As práticas agropastoris como a pecuária, a utilização de agrotóxicos sem orientação técnica, a falta de saneamento, a exploração exaustiva do solo, as técnicas inadequadas de cultivo e a construção de estradas são algumas das principais atividades humanas que podem causar sérios impactos ao meio ambiente.

Dentro do que se acredita na visão econômica capitalista que o homem imprime, a exploração dos bens naturais em busca do lucro, muitas vezes causa um mal ao meio por falta de informações adequadas, como a forma correta de plantios e manejo de solo. Deve-se notar que a informação continua sendo uma forma de prevenir que problemas causados à natureza, sendo assim a informação se torna a base de toda uma boa convivência com o meio, pode-se então, certamente afirmar que se ao investir em informações irá se obter um retorno de maneira positiva. Disperati (1991) afirma que a disponibilidade de informações é de grande importância para um planejamento adequado da conscientização seja no ramo de uma unidade de conservação ou na parte da educação ambiental. Marcatto (2000), coloca que estas informações podem ser obtidas através de vários métodos como em fotografias, palestras, rádios TV`s e outras formas de divulgação e propagação de informações.

1.1 - Paradigmas da relação Sociedade-Natureza.

Ao longo da história da humanidade, várias tentativas de o conceito de natureza foram realizados. Apesar disso, pode-se observar que as várias definições foram cunhadas de acordo com os valores e sentidos interpretados,

necessários para que cada grupo social possa construir o seu nicho de sobrevivência. Observou-se que, muitas vezes a natureza pode ser vista como vilã e outras vezes como salvadora da humanidade. Percebe-se que muitas vezes o que irá delinear o sentido da palavra será a forma que a humanidade busca a sua sobrevivência, sendo que esta denominação de vilã ou salvadora estará delimitada ao tempo e quais as necessidades que esta busca para a sua sobrevivência. Para CASTRO (2002, p.131 e 132) a palavra natureza ganha três sentidos, sendo o Realista, o Metafísico e o Epidérmico.

No sentido Realista, a palavra natureza se refere aos mecanismos, estruturais e processos de funcionamento dos organismos, incluindo-os, portanto, enquanto seres vivos, onde podemos notar que a natureza está inserida dentro de uma das ciências naturais, onde o principal objeto de estudo desta será a questão das leis naturais que a sociedade está inserida.

No sentido Metafísico, a palavra natureza é empregada como indicador que nos irá diferenciar-nos do que é não-humano, é o termo com que a humanidade pensa a sua especificidade. Sendo assim, a natureza ganha a forma de seres e coisas que não pertencem a humanidade, sendo assim distanciada e separada da humanidade.

No sentido Epidérmico, a palavra natureza está ligada ao objeto e a percepção mediana e da fruição estética, tomando assim neste pressuposto será esta a natureza que envolve o dia a dia da humanidade como os campos e paisagens, praias desertos e pôr do sol, por oposição a aeroportos, fábricas, cidades e auto-estradas. Neste sentido a natureza é “vista” como aquela que estamos vivenciando em nosso dia-a-dia.

Tomando como parâmetro esta classificação dos sentidos da natureza, percebe-se que ligação das classes sociais ou grupos sociais pode ser distintos, pois a natureza é resultado de alguma pressão dada pelo sentido de um determinado grupo social. No século XX, mais precisamente por volta de 1960, a palavra natureza ganhou novos sentidos, devido à conjuntura da política mundial. Estes sentidos surgem devido a alguns novos acontecimentos e transformações que a sociedade vem passando. Castro (2002) observou que as transformações são estas, produziu um:

“(...) repensar das nossas relações com a natureza. O pensamento sobre esta questão tem hoje dimensões e características específicas do nosso tempo. E tem temas, problemas e um vocabulário novo – chuvas ácidas, buraco de ozônio perda de biodiversidade, aquecimento global, por exemplo.” (CASTRO: 2002 p. 142)

Este reflexo de mudança dos valores que a palavra natureza sofre durante a evolução da sociedade industrial está ligado ao modo de produção capitalista, que ocasiona o aumento da emissão dos agentes poluentes na atmosfera. Podemos legitimar esta afirmativa dentro de varias literaturas que data as primeiras preocupações com a preservação e conservação de áreas naturais, existindo uma constante presença de uma certa manifestação ligada a sociedade que irá dar os primeiros passos em relação à proteção da natureza:

“A partir dos finais do século XIX iniciam-se, nomeadamente nos países de língua inglesa, duas tendências novas: a delimitação e proteção de áreas e parques naturais, e a fundação de sociedades de preservação da natureza. O movimento ecologista de sociedades de preservação da natureza. O movimento ecologista e de defesa do ambiente tem algumas das suas raízes nesses movimentos naturalistas do século XIX. Influenciados pelo Romantismo, estes novos movimentos naturalistas pretendiam principalmente contrariar o impacto da indústria moderna e das cidades sobre a paisagem. Através da sua influência a natureza selvagem começou a ser encarada como um valor sagrado, mais do que um empecilho.” (CASTRO, 2002, p. 142).

“(...) O primeiro parque natural a ser criado é o Yellowstone National Park, nos Estados Unidos em 1872, embora já em 1864 Yosemite Valley tivesse recebido estatuto de proteção. Por sua vez, o famoso Sierra Club – Primeira organização militante de conservação da natureza – foi fundada em 1892; a Associação for Protection of British Birds nasceu em 1870. Daí para frente não pararam de surgir grupos e associações de âmbito mais global, mais local ou mais regional envolvidas com a proteção da natureza com ações locais de preservação e de protesto.” (CASTRO, 2002, p. 143)

“O modelo de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, se constitui numa das políticas preservacionistas mais utilizadas pelos países do Terceiro Mundo. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano industrial dos Estados Unidos, propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedades ou espaços públicos.”(DIEGUES, 1998, p.11)

Essa grande preocupação com a natureza, como algo a ser preservado, deixando uma herança importante sob a forma de parques nacionais, santuários de pássaros, organizações de conservação da natureza.

Tendo esta linha de raciocínio, observa-se que transformar fragmentos naturais em reservas praticamente intocáveis, nos traz uma idéia de que a sociedade busca guardar resquícios naturais para que não se perca espécies, pois se acredita que muitas espécies são de essencial importância para a manutenção da vida saudável na terra, outras vezes estas áreas têm um fim paisagístico ou até mesmo reservas controladoras climáticas principalmente nos meios urbanos; devido os graves problemas ambientais que nosso planeta tem passado nos últimos anos, problemas estes ligados a questão evolutiva da sociedade moderna, onde as indústrias emitem poluentes degradando o meio ambiente.

Neste viés de proteção da natureza observa-se que a partir de meados do século XX, nota-se o aparecimento de um número muito grande de organizações que buscam a sensibilização da sociedade a respeito do valor e da importância da proteção da natureza, onde Castro: 2002 apresenta quais as principais e as maiores, em termo de ações mundiais apareceram a partir de então. Em 1948, as Nações Unidas promoveram a criação da União internacional para a conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN). Em 1961, um conjunto de conservacionistas ingleses criou o WWF (*World Wild Fund for Nature* – Fundação Mundial de Conservação da Natureza), sendo, atualmente, a maior organização

mundial de luta pela proteção do meio ambiente. Anos mais tarde, o modo de atuação quase institucional do WWF levou a que alguns participantes, desta organização, sendo aqueles mais radicais procurassem institucionalizar ações mais imediatas, criando a partir de então, nos EUA e no Canadá nos anos de 1970 e 1971, os Amigos da Terra e o *Greenpeace*.

Estes pontos, elencados acima, se tornam a base de sustentação de uma sociedade preocupada com a preservação da natureza, após o aparecimento destas organizações e as idéias de preservação da natureza iremos notar que vários pensadores, cientistas entre outros, apresentaram idéias para que se possa ter uma terra preservada e que a sociedade possa viver em um mundo melhor obtendo assim um bem estar social aliado a um meio ambiente mais puro e saudável; dentro deste contexto castro: 2002, em sua obra cita as idéias o cientista *J. Lovelock* que em 1979 apresenta a seguinte proposta: “a terra pode ser concebida como um superorganismo – Gaia – cujo desígnio é manter em si as condições para a vida. Esta hipótese é conduzida por uma idéia de tecnologia: tudo converge uma causa final, a manutenção da vida.” (CASTRO, 2002, p. 146).

Segundo Castro, (2002), esta idéia ganha adeptos em varias partes do planeta, onde dentro desta idéia de superorganismo podemos descrever quais seriam os três principais pontos defendidos por esta tese.:

- 1) A propriedade mais importante quer a terra deveria estabelecer era manter constantes as condições para a vida na terra;
- 2) A terra (Gaia) tem órgãos vitais, outros menos importantes na periferia. O mal que fazemos ao planeta depende de onde o fizemos;
- 3) As respostas da terra (Gaia) ás mudanças para pior obedecem às regras da cibernética. São processos lentos que fornecem poucos avisos.

Dentro deste contexto CASTRO faz a seguinte afirmação:

“(...) as sociedades conservacionistas seriam animadas por um impulso de conservação da natureza, entendida, sobretudo no seu sentido Epidérmico. Para elas importaria, sobretudo guardar certas reservas de natureza intocada, para usufruto e recreação das pessoas, uma espécie de pedaços de natureza “congelada” no meio de uma natureza cujos outros usos, transformações e utilidades não são postos em causa.” (CASTRO, 2002, p. 160).

Sendo assim pode-se presenciar algumas formas de proteção da natureza em forma de “ilhas” onde esta sociedade quer guardar aquele local como forma de garantir a preservação de um local como forma de não se perda um “fragmento” como forma de garantir um pedaço natural a ser apresentado às gerações futuras (DIEGUES, 1998).

O que se busca hoje são os direitos dos seres naturais que perpassa pelo alargamento da própria concepção desse direito fundamental à vida, pois o reconhecimento de que a preservação dos ecossistemas é fundamental para a preservação dos direitos humanos num tempo longo. Trata-se da necessidade de pensar a justiça entre gerações. (CASTRO, 2002, p. 161)

Outro “valor” que se da à proposta da proteção à natureza, apresentada na obra de Castro (2002), e que teve a sua principal defensora a cientista Inglehart, esta teoria apareceu durante a década de 70 (século XX), defendendo uma classificação de valores que assenta na diferenciação entre valores materialistas e valores pós-materialistas, sendo que, o principal foco de defesa desta tese é que o desenvolvimento econômico leva a mudanças graduais nas prioridades valorativas do público das sociedades industriais avançadas, onde a mudança de paradigmas dentro de uma sociedade mudará de acordo com a evolução da sociedade moderna.

Outro ponto apresentado na obra de Castro (2002); em relação à discussão acima, é o seguinte:

“(...) o que determina tais mudanças são os problemas ambientais. Estes problemas são vistos como o sintoma que nos mostra que terminou a “Era da exuberância”, e que vivemos agora a “Era da Pós-Exuberância”. De acordo com certos autores, durante os últimos 400 anos as sociedades humanas tenderam a crescer exponencialmente, graças, sobretudo à descoberta de um Novo Mundo para colonizar e à invenção de novas tecnologias, que nos deram acesso a novos recursos. No entanto, a partir dos anos 70, teria começado a crescer a consciência de que esta Era de crescimento exponencial – exuberante – teria terminado, e teríamos

já passado o ponto de inflexão, com os recursos a iniciarem a curva descendente.” (CASTRO, 2002, p. 175)

Estes novos valores em relação a proteção à natureza perpassam de forma que a sociedade muda a forma de pensar e agir em relação á natureza, onde estas mudanças está intimamente ligada à questão desenvolvimentista, sendo este modelo ligado a exploração dos recursos naturais, “sendo que a existência e a visibilidade dos problemas ambientais e do esgotamento dos recursos naturais teriam conduzido as pessoas a mudanças na forma como pensam e suas relações com a natureza, e a serem cada vez mais ambientalistas”. (CASTRO, 2002, p. 178)

Sobretudo esta preocupação, em relação à proteção da natureza por ter se iniciado nos países desenvolvidos, os que mais degradam o meio ambiente, atualmente esta questão tem ganhado maior destaque em países pobres, no trecho a seguir podemos visualizar melhor esta passagem.

“Ambos concordam que, efetivamente, mesmo nos países pobres (de menor PNB per capita) é possível encontrar uma preocupação com o ambiente bastante difundida. Porém, esta preocupação teria uma expressão mais forte nível dos problemas relacionados com países mais pobres, e uma muito menor repercussão ao nível da disponibilidade para aumentar os gastos pessoais e para apoiar os gastos pessoais para apoiar os gastos estatais com o ambiente (...).” (CASTRO; 2002. p. 190)

Dentro desta questão da proteção da natureza, é importante que seja destacado dois conceitos de paradigmas de proteção: a Preservação da natureza e a Conservação da natureza.

Os locais de denominação de preservação são locais considerados intocados, pois de alguma forma estes existe seres nestes locais que podem estão ameaçados a serem extintos, para DIEGUES (1998), estes locais são denominados de *neomitos* que quer dizer a natureza intocada, a preservação de áreas esta prevista nas legislações ambientais brasileiras, denominação esta surgida nos EUA no final do século XIX para protegerem áreas de reservas de flora

e fauna, onde são locais que por algum motivo tem alguma espécie, da fauna ou da flora que estão ameaçadas de extinção.

No sentido da conservação que hoje está muito mais em voga, sendo que no Brasil se preza mais, tem uma idéia de uso sustentável e assume um significado de salvar a natureza para algum fim. A conservação admite a participação humana, em harmonia e com intuito de proteção sendo locais utilizados muitas vezes para fins turísticos e de lazer, são os considerados parques nacionais, estaduais e municipais, as Unidades de Conservação, que no Brasil tem o seu principal documento de regulamentação o SNUC, são locais de reservas da fauna e da flora brasileira sendo que se existe dentro das UC's locais que tenham alguma espécie ameaçada de extinção é regulamentado que aquele local passara a ser uma Unidade de preservação.

1.2 - Unidades de Proteção da Natureza

Os espaços ambientais que têm importantes características naturais e são legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e preservação, são amparados pela lei 9.985 de 18 de Junho de 2000. Esta lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecendo normas e regras para que as UC's criadas no território brasileiro sigam os mesmos modos em sua criação, implantação e gestão.

O SNUC implementado é um regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção e preservação do local. Ou seja, são as reservas biológicas, parques e estações ecológicas que temos conhecimento, são locais que se encontra uma reservas de recursos naturais significativos.

A lei 9.985/00 definiu, que a Unidade de conservação da seguinte forma, no parágrafo I Art. 2º.

“Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”

A finalidade da criação de Unidades de Conservação tem como foco principal a redução dos efeitos da destruição sobre os ecossistemas brasileiros, pois são áreas geográficas destinadas à preservação dos ecossistemas naturais, nota-se a preocupação das autoridades em preservar locais de reservas significativas da flora e da fauna de nosso território. A primeira idéia de criá-las veio no final do século passado nos EUA. A finalidade básica era a proteção da beleza cênica de áreas naturais ainda intactas, após grande exploração dos recursos naturais da fauna e flora, restando somente locais isolados de reservas considerados por muitos autores como “ilhas” de recursos naturais, esta denominação de ilhas se dá por causa que as reservas dos recursos naturais se localizarem em locais isolados e não terem nenhuma ligação com outras reservas ou biomas significantes. No entanto o SNUC estabelece que não sejam apenas as belas paisagens conservadas, mas também aquelas que exercem funções fundamentais na manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio ecológico.

“O modelo de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, se constitui numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países do Terceiro Mundo. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano industrial dos Estados Unidos, propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedades ou espaços públicos.” (DIEGUES, 1998, p. 11)

Esta crítica aos modelos de criação de parques nacionais vai ainda ao encontro aos modelos de criação de parques em países desenvolvidos e implantados em países como o Brasil.

“As críticas mais recentes à inadequação do modelo Yellowstone aos países subdesenvolvidos que apresentam uma grande diversidade

cultural, sobretudo cultural, de populações tradicionais, atualmente provêm, sem dúvida, dos que adotam um enfoque sócio-ambientalista, próprio da ecologia social, ou da ecologia socialista (ou neomarxista). Uma nova modalidade de conservação surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais por camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e de setores do ambientalismo do Terceiro Mundo para qual a crise ambiental será profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, á miséria crescente e à degradação ambiental” (DIEGUES. 1998 p. 39)

Este autor ainda apresenta pontos de conflitos entre a criação das reservas ecológicas nos moldes dos EUA e a implantação destas reservas em países tropicais de economia mais “atrasada”, em relação aos propagadores desta idéia.

“A transposição desses espaços naturais vazios em que se não permite a presença de moradores, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas eram habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais. A imposição de neomitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços dos “comunitários” sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. (...)” (DIEGUES, 1998, p.11)

Existem vários autores que seguem esta teoria de que este modelo de proteção baseados em “ilhas” de reservas florestais não é o mais apropriado para países como o Brasil, pois o modelo de preservação que o EUA defende é o da natureza intocada, onde esta é para ser apreciada pelas pessoas, portanto no Brasil como temos povos que sua sobrevivência depende diretamente destes locais fica quase impossível haver uma implantação deste modelo em nosso país.

DIEGUES, (1998) apresenta em seus estudos outras críticas no modelo preservação implantado nos EUA que propagou nos países tropicais como o Brasil, pois para ele estes países já passaram por várias etapas do desenvolvimento

econômico e social, onde países como o Brasil ainda está em processo de desenvolvimento pode encontrar outra alternativa, que seja a do modelo dos países desenvolvidos que destruiu todas as suas reservas naturais.

Este não afirma que, para se desenvolver é necessário destruímos as nossas florestas, portanto o modelo de desenvolvimento que se aplica a natureza intocada, os denominados neomitos, não deve ser inserida nos países como o Brasil que necessita de suas áreas para que possa desenvolver e resolver vários problemas sociais que ainda encontramos em nosso território.

Outro ponto levantado por DIEGUES, (1998) demonstra em seus estudos é sobre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que recomenda que dez por cento dos territórios sejam transformados em áreas naturais protegidas, levando esta ótica a rigor se no Brasil for seguido recomendação do Pnuma, cerca de 80.000 Km² seriam parques naturais e reservas, superfícies muito maior que a maioria dos grandes países europeus, como a França.

Na obra de CAPOBRIANCO (2002) é apresentado que o território brasileiro possui 10,22% de sua área de sua área total. Sendo assim acima dos parâmetros que é aconselhável pelo Pnuma.

DIEGUES (1998) defende a seguinte idéia em seus estudos:

“(...) a natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acredita-se que a conservação deve basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos.” (DIEGUES, 1998, p. 29)

No Brasil, o SNUC é o documento que dita as regras como as UC's deveram se portar perante a sociedade desde a sua implantação e o seu uso direto ou indireto será o SNUC que dirá como será feito.

O SNUC defini as regras de criação e normas para a “exploração” destes locais. O capítulo II e no artigo quatro deste documento é que identifica os procedimentos a serem seguidos nas UC's que segue abaixo retratando os pontos

relevantes que estão presentes no SNUC para se possa seguir a implantação das regras de uso do local.

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;*
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional nacional;*
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;*
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;*
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;*
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;*
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;*
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;*
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;*
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;*
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;*
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;*
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.*

Neste contexto, do SNUC, as UC's são os espaços ambientais que têm importantes características naturais e são legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação e preservação. Possuem limites definidos e

existem sob um regime especial de administração, ao qual teremos garantias do poder público, que estas estarão protegidas.

Portanto, desde de 2000 o que se nota que este modelo de criação de UC's não é uma novidade em nosso país, onde podemos observar que este modelo começou a ser propagado primeiramente nos EUA. O SNUC vem para direcionar e regimentar a questão do gerenciamento e do planejamento das UC's, sendo que podemos listar vários parques em nosso território que tem a sua criação datada antes da promulgação do SNUC, como o Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1937 e até mesmo o PESB criado em 1996, dentro deste contexto nota-se que esta preocupação da proteção da natureza é uma constante discussão que vem "amadurecendo" com varias discussões e a culminação de algumas ações efetivas com o intuito de proteger os remanescentes de recursos naturais que temos em nosso território.

1.3 - Escolas do Pensamento Ecológico

Dentro deste discussão dos paradigmas ambientais, onde a principal discussão se pauta nas questões de preservar e/ou conservar a natureza, começará a surgir teorias de defensores de como se deve pautar a preservação da natureza, onde cada escola irá defender o seu ponto de vista dando fundamentos teóricos, sendo que a principal discussão está em qual a melhor forma de se defender a natureza.

1.3.1 - Ecologia Profunda

A principal característica deste pensamento ligado a questão ecológica fala sobre que evolução da natureza é eterna, possuindo o seu próprio valor, sendo que está é independentemente o valor econômico que o homem dá a ela. Este pontua a sociedade da seguinte forma: O ser humano é uma espécie diferenciada, a natureza tem que ser tratada de forma substantiva e não como um objeto.

Dentro da lógica deste pensamento esta corrente de pensamento mostra que o da sociedade se resolve com controle de natalidade sendo que o ritmo de crescimento da população traz avanços econômicos o que irá afetar diretamente a natureza, na medida em que irão explorar cada vez mais os recursos naturais para suprir as necessidades da população pois quando mais crescerem maiores serão as demandas de alimentação da sociedade, portanto haverá a necessidade

de uma exploração dos recursos naturais aumentando assim a destruição à natureza, sendo esta corrente ligada aos neo-malthusianos.

Ecologia Social

Estes estudiosos defendem algumas implicações comunitárias no nível global. Observa-se que este pensamento é um estudo das interações entre a sociedade e o meio, a ecologia social relaciona todos os fenômenos sociais a fenômenos ecológicos.

A visão que é defendida dentro desta corrente de pensamento é a de que tem que haver uma maior divisão das riquezas produzidas pela sociedade, pois no mundo existe poucos ricos e muitos pobres. Partindo deste pressuposto diminuiria a pressão antrópica sobre os recursos naturais, pois na visão destes pensadores esta divisão se pautaria em uma sociedade mais consciente e informada em relação aos seu desenvolvimento, onde a principal forma que esta sociedade se estruturaria seria através de pequenas propriedades e mais indústrias com fins comunitários havendo assim uma divisão mais racional das riquezas produzidas no planeta.

Dentro desta escola os pontos-chaves que a sociedade deveria se pautar são os seguintes: O ser humano é um ser social e não aquele que temos atualmente o que pensa em se obter mais e mais lucros obedecendo a lógica da mais valia do modo capitalista de produção. Fazer uma descentralização do poder, facilitando a atuação local, onde as comunidades irão decidir o seu próprio destino. Os problemas ecológicos têm raízes nas questões sociais.

Dentro desta teoria é que aparece a questão do ecodesenvolvimento, que tem a característica de defender o desenvolvimento em conjunto à integração da dimensão ecológica onde haveria uma necessidade de um rompimento com a forma atual do desenvolvimento a qualquer preço. Pois a degradação da terra e da água e o desmatamento são alguns exemplos do desenvolvimento econômico que degrada o meio ambiente. Os países devem seguir uma estratégia ambiental como processo de desenvolvimento que não degrade o meio ambiente.

Eco-socialismo ou Ecomarxismo

É uma escola baseada em uma política econômica fundada nos critérios não-monetários e extra-econômicos das necessidades sociais e do equilíbrio ecológico. Fundado nos argumentos básicos do movimento ecologista e da crítica marxista da economia política, esta síntese dialética.

A sua ação é pautada pela combinação de um processo de transformação social em um contexto de responsabilidade ecológica e justiça social, vai buscar em um novo modelo de sociedade, que se baseia em uma nova sociedade que se baseia na racionalidade ecológica, no controle democrático, na igualdade social e no predomínio do valor de uso sobre o valor de troca.

Eco-capitalistas

Estes acreditam que a economia de mercado é a única forma de regular eficientemente a relação homem/natureza, compatível inclusive sendo defendidas as idéias dos oligopólios, que seria uma rede de empresas mundiais comandando a questão da proteção da natureza, estes pensadores buscam uma estratégia nas políticas inserirem nos governos de forma que estes ficaram próximos aos governos e estarão aprovando leis que defendam as suas idéias. Nesta linha de pensamento observamos que estes baseiam na questão de uma resolução dos problemas ambientais pelas leis de mercado, onde o estado terá a função de guardião dos recursos naturais.

Etnoconservação

Esta linha de pensamento tem como principal fundamentação a pratica de manejo das populações tradicionais, sendo que havendo uma integração destas populações das culturas tradicionais, havendo assim uma forma de que há a possibilidade de haver áreas de conservadas sendo usadas em conjunto com a sociedade o que vai em contraposição as teorias de que os parques tem que ser áreas isoladas da sociedade e não podem haver ações entre estes dois atores.

1.4 - Terceirizações de serviços em UC's

A terceirização de serviços está cada vez mais presente nas UC's. A cessão de serviços que faziam parte do setor público para o setor privado se tornou uma

realidade em nosso cotidiano, uma vez que a política adotada nos países de economia capitalista é baseada no neoliberalismo, onde o estado interfere o mínimo possível nos setores da economia, é a iniciativa privada assume a prestação de serviços.

As UC's que apresentam grande atrativos aos de turistas que ao gerarem um fluxo de pessoas, conseqüentemente exigem serviços especiais e qualificados, que buscam visitar estes locais como parte de lazer. A Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), classifica como turista pessoas que se hospedam, ou de outra forma, fique em um local, que não seja a sua casa, por mais de vinte e quatro horas. Sendo que estas não podem permanecer no mesmo por mais de trezentos e sessenta dias.

Levando em que o Brasil por possuir locais de maravilhas naturais incríveis, se torna um local de grande atrativo de turistas, onde ROCKTAESCHEL, (2006) apresenta em seus estudos que o turismo é uma atividade que envolve um grande sistema de relações com a produção de bens e serviços, impactando aproximadamente. Segundo a Embratur (2008), 52 diferentes segmentos da economia, gerando milhares de empregos dentro da sociedade mundial.

Sendo assim nota-se que o turismo se torna um importante ramo da economia que pode gerar renda e trazer a certos locais transformações econômicas que podem, de certa forma ajudar a melhorar a parte econômica de uma região.

ROCKTAESCHEL, (2006) faz uma distinção em seu estudo do turismo praticado em áreas naturais, sendo a parte do turismo classificado como Ecoturismo. Segundo a autora:

“O que diferencia ecoturismo dos outros tipos de turismo da natureza é que ele abrange na sua conceituação a experiência educacional interpretativa, promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável, e a valorização das culturas tradicionais locais, guardando portanto uma afinidade incontestável com unidades de conservação, particularmente com os parques nacionais.” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 27)

Onde ela vê o ecoturismo se portando da seguinte forma:

“O ecoturismo pressupõe a agregação dos valores culturais e históricos ao componente ambiental. O respeito às especialidades e diversidades locais e regionais faz com que o produto seja diferenciado e muitas vezes singular, o que com certeza determina o seu sucesso.” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 27)

Segundo ROCKTAESCHEL (2006) os locais de maior possibilidade de se ter esta modalidade envolvendo, o ecoturismo, são em áreas preservadas, como os parques nacionais, estaduais e municipais (segundo a classificação do SNUC). Estas de pólos são extremamente importante para a implantação efetiva do ecoturismo.

As UC's tem um potencial muito grande para atrair pessoas e conseqüentemente recursos financeiros, tanto assim que o SNUC, regulamenta que não possa haver empreendimentos de caráter particular nos espaços de domínio das UC's, sendo assim um conflito gerado entre empreendedores e administradores destas áreas.

As UC's enfrentam alguns problemas com orçamentos limitados repassados pela União, onde a visitação pode ser uma forma que os turistas se tornem mais conscientes ambientalmente, passando, assim, a ter vontade de participar da conservação das áreas que visitam, e dispondo-se a pagar mais para a unidade de conservação, gerando assim divisas para estes espaços. (ROCKTAESCHEL, 2006, p.)

Com o aumento da propagação do ecoturismo como uma forma de lazer nos últimos anos, há uma maior número de pessoas procurando fazer visitas às UC's.

Segundo a EMBRATUR (2008), existe várias formas de se praticar turismo, sendo o ecoturismo uma das formas de se praticarem turismo, principalmente nos locais de grandes riquezas naturais.

Segundo a EMBRATUR o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Sendo assim se torna necessário que as UCs disponham de infra-estrutura mínima e de serviços de vigilância, limpeza, lanchonetes, atividades recreativas variadas, entre outros (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 70)

A maioria das unidades, não se dispõe sequer de serviços de segurança e apoio ao visitante. Resultando assim um pequeno fluxo ou mesmo a ausência de visitantes, e a conseqüente impossibilidade de geração de renda e outros benefícios para essas áreas e para as comunidades locais. Outro ponto a ser levantado, é que as UC's falham em um dos seus objetivos principais, que é a educação ambiental para os visitantes, gerando assim pouquíssimos benefícios para os parques para o meio ambiente, uma vez que sua visita propiciaria a determinação de conhecimento sobre o sistema de áreas protegidas e a captação de aliados à conservação ambiental. (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 75)

A carência de pessoal e de recursos financeiros não permite aos parques cumprirem plenamente o que é firmado pelo próprio SNUC, trazendo conflitos entre a população que pratica o ecoturismo, moradores do entorno e possíveis empreendedores da região, pois o que se espera é que estes locais sejam áreas de visitas e possa fazer parte do lazer de uma parte da sociedade que admira as belezas naturais.

Para se resolver estes conflitos algumas soluções são apresentadas e implementadas dentro das UC's como a terceirização de alguns serviços, que são essenciais para que se possa haver alguns tipos de atividades turísticas, no entanto a terceirização deve ser precedida obrigatoriamente de estudo de viabilidade econômica, a ser elaborada pelo órgão executor, conforme preceitua o Decreto nº 4.340/02 em seu artigo 29. Onde este decreto estabelece as normas e de como se possa comportar a terceirização dos serviços em UC's. A terceirização pode abranger serviços como restaurantes, lanchonetes, guarda parques (Vigias), serviços administrativos, limpezas; no entanto a parte da gerencia da UC's será exercida somente por pessoas competentes nomeadas pelo órgão público responsável pela criação da UC's.

Como é apresentado abaixo, notamos que pode-se restringir alguns serviços dentro dos limites da UC's, como:

“Quanto aos serviços com infra-estruturas de grande porte, como os hotéis, é desejável que estejam sempre situados no entorno da unidade. Para tanto, a administração das UC’s deverá incentivar as empresas privadas da região e das cidades vizinhas a fornecê-los. Caso não existam condições para isso, a unidade de conservação promovê-las, considerando sempre em primeiro lugar o seu plano de manejo, regulamente e projeto específico, que deverão conter um adendo sobre terceirizações, estabelecendo critérios que assegurem o mínimo de impacto sobre seus recursos e valores naturais.”
(ROCKTAESCHEL, 2006, p. 81)

Dentro deste contexto apresentado por ROCKTAESCHEL, (2006) é plausível o investimento de empreendimentos turísticos, contudo hotéis fazendas de grande porte podem trazer problemas, de uma forma negativa, as UC’s, o que vai à contramão nos princípios da criação das UC’s apresentada dentro dos regulamento do SNUC, onde a principal meta é a preservação da natureza.

CAPÍTULO 2 - ÁREA DE ESTUDO

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), localiza-se no Leste do Estado de Minas Gerais, dentro da macrorregião da Zona da Mata, ficando entre as microrregiões econômicas de Viçosa, Muriaé, Manhuaçu e Ponte Nova, de acordo com o Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A sua localização geográfica está entre os paralelos 20º 33' e 21º 00' Sul e os meridianos 42º 40' e 40º 20' Oeste.

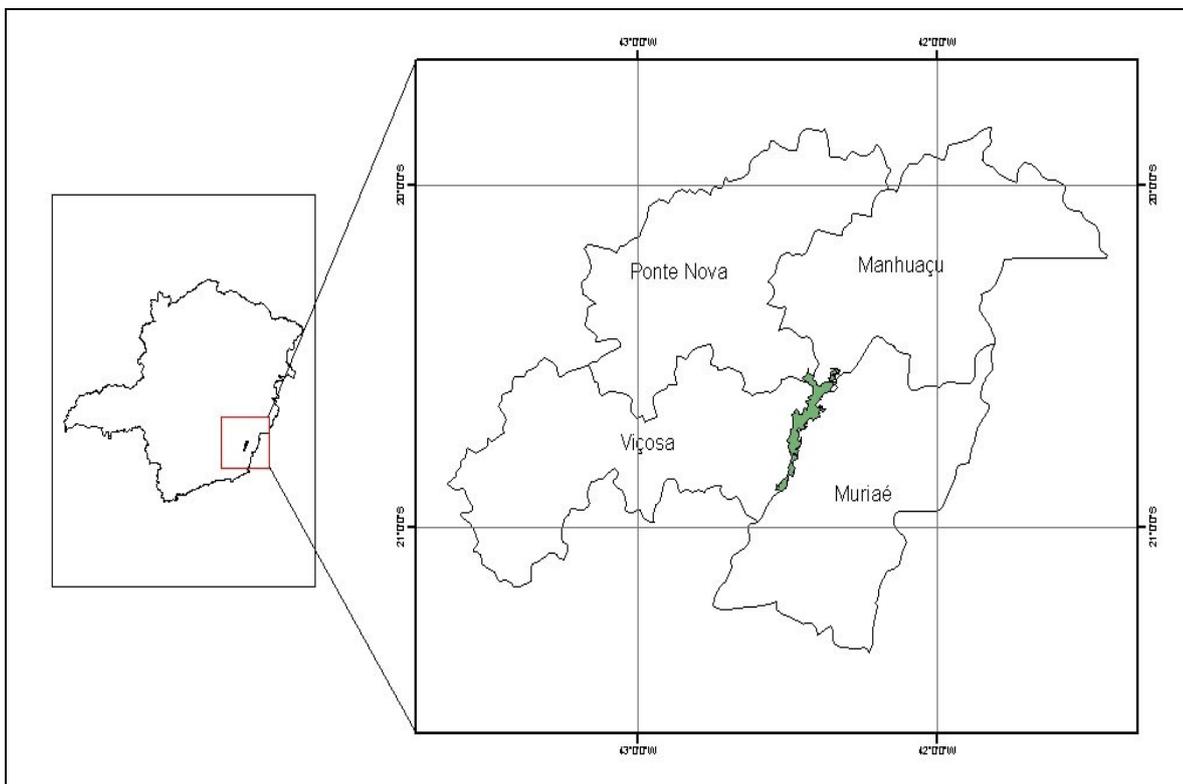


Figura 1 – Localização do Parque

Organizado por: Carlos Roberto Lopes Campos

Fonte: LABGEO (DPS-UFV).

O PESB tem a sua principal característica a grande riqueza natural, sendo o principal remanescente de Mata Atlântica da região, onde a quase sua totalidade constituído de matas secundárias, havendo registros de práticas de destruição da mata para a produção de carvão e a procura de minérios.

A sua geomorfologia é composta por vales encaixados e pontões rochosos em toda a sua extensão, o que o que define o caráter local de beleza exótica e

exuberante, sua região tem um grande potencial hídrico, onde as suas águas abastecem as bacias do rio Doce e do rio Paraíba do Sul.

A geologia observada é de relevo pouco montanhoso, mais arredondado, típicos de mares de morros, onde predominam os gnaisses (Figura 2). No interior do PESB o relevo é mais montanhoso, estes estão intimamente associados aos relevos de platôs, pontões e cristas serranas do PESB. Em algumas regiões, no seu entorno, estes gnaisses e migmatitos vêm sendo explorados para a produção de brita destinada a atender o setor da construção civil, porém esta atividade se encontra quase abandonada.

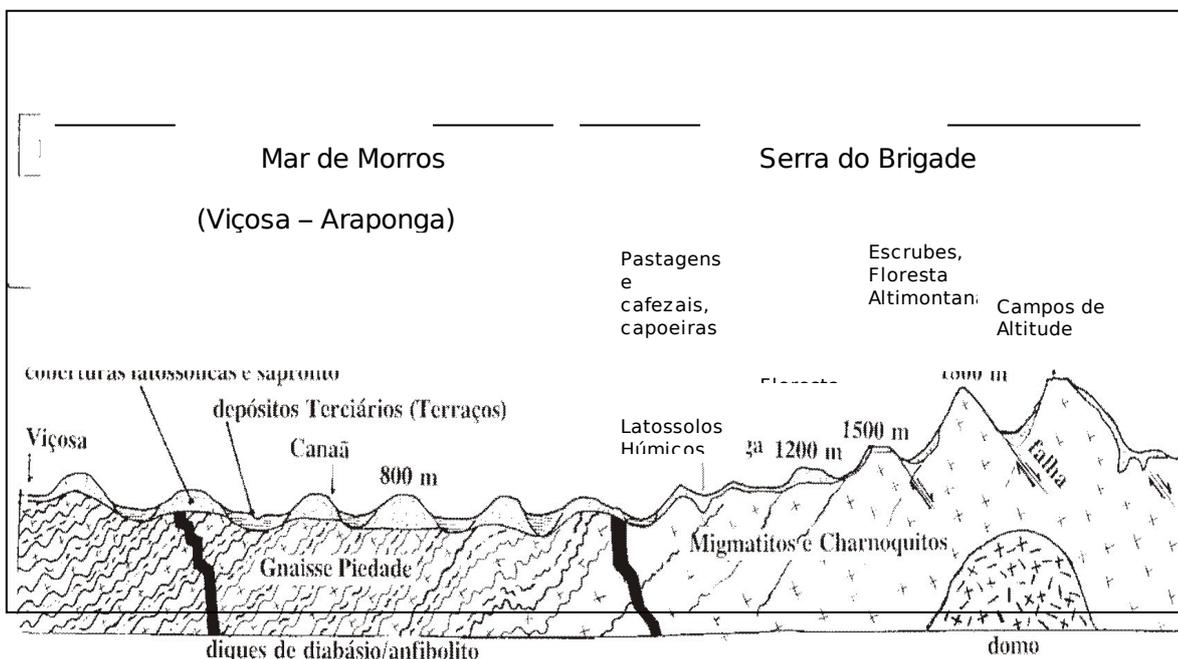


Figura 2 - Perfil esquemático ilustrando as principais características pedogeomorfológicas de diferentes estratos ambientais do PESB e entorno (Desenho - Schaefer, 1996). Fonte: Plano de Manejo (sem data)

A atividade econômica da região que mais se destaca é a pecuária extensiva praticada em pequenas propriedades, segundo o IBGE (2008), e a plantação de café e algumas culturas de período curto como milho, feijão e arroz. Nos últimos anos a prática do ecoturismo têm ganhado força na região, que está sendo visitada por pessoas de regiões diferentes, de Minas, do Brasil, e até mesmo do exterior, que procuram a região para apreciar a beleza natural local.

A região do parque abrange as partes mais elevadas de um conjunto de serras integrantes da Cadeia da Mantiqueira, com relevo bastante movimentado, chegando aos 1980 m acima do nível do mar em sua cota máxima onde encontramos o Pico do Soares.

O clima predominante na região deste é o mesotérmico de Köppen (Cwb) com temperatura média de 18°C e mínimas inferiores a 0° C nas áreas mais elevadas, e precipitação média de 1500 mm/ano com período seco de junho a agosto.

Embora inserida em região cujas características climáticas se encontram numa matriz de estacionalidade (IBGE 1993), a vegetação do PESB apresenta características ombrófilas, com ocorrência de campos de altitude nas partes mais elevadas. As áreas de floresta são em sua grande maioria secundárias, devido ao grande desmatamento ocorrido no passado. As florestas primárias ocupam apenas as áreas de difícil acesso da região do Parque. Os solos da região são em geral pobres em nutrientes considerados distróficos (Solo pobre e com elevada quantidade de Alumínio e matéria orgânica).

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, o mesmo foi dividido em quatro etapas. A primeira se pautou no levantamento de informações prévias de campo realizado durante o ano de 2007, quando da realização de visitas técnicas, quando cursava as disciplinas Enf. 396 (Ecoturismo) e ENF 388 (Gestão Ambiental). Nesta etapa foram realizados contatos com o gerente do PESB e alguns empreendedores turísticos dos municípios de Araponga e Fervedouro.

Na segunda etapa, realizada em março do ano corrente, foram desenvolvidos roteiros de entrevista para aplicação em três grupos (Poder Público, Iniciativa privada e Turistas) envolvidos com a atividade turística local. A aplicação dos roteiros de entrevistas foi realizada no final de semana (sábado) do dia 22 de março de 2008.

O modelo das entrevistas, quadro 1, aplicadas segue uma forma semi-estruturada de caráter qualitativo, procurando evidenciar trechos e fragmentos das entrevistas, para que possa expressar as representações dos grupos envolvidos neste trabalho. Esta metodologia foi baseada nos trabalhos que também se preocuparam na identificação e caracterização de propriedades rurais, como Oliveira (2004).

Além de recolher dados e informação relacionados ao tema do trabalho, identificar como a prática do turismo tem evoluído na região, principalmente, após a implantação do parque, qual a vantagem deste e quais os pontos positivos e negativos deste tipo de exploração e qual os pontos negativos na parte da estrutura para que possa haver uma evolução na parte turística da região.

O questionário foi dividido em sete partes:

Quadro 1: Pontos questionados na visita do dia 22-03-08.

Identificação	Nome identificava se este era turista, poder privado ou poder público.
Ver de qual local estas pessoas visitam	Identificar quais os principais atrativos turísticos que as pessoas buscam na região
Visão do empreendedor em relação aos turistas (prática de ecoturismo)	Neste tópico serviu para termos uma visão maior dos empreendedores (poder privado) em relação ao turista
Visão do turista da região	O que os turistas acham da região.
Terceirização de serviços no parque	O que eles acham de terceirizar os serviços do parque, na visão tanto da parte pública, privada e dos turistas
Pesquisar sobre os principais financiadores que tiveram ligação direta na criação do PESB.	Esta parte somente o Poder público foi questionado
Houve alguma evolução (socioeconômica) após a criação do parque	Na visão do poder público, poder privado e os turistas

Fonte: Organizado por Carlos Roberto Lopes Campo

Dentro de cada grupo, o número de entrevistas não foi o mesmo, devido a disponibilidade de pessoas. No grupo do Poder Público, apenas o gerente do PESB (José Roberto) foi entrevistado. Quanto aos empreendedores, foram entrevistados os três proprietários de pousadas, que se localizam ao longo da BR-482, que corta o segundo setor do PESB (figura 3) e um dono de bar, que fica ao lado da cachoeira do Piu.

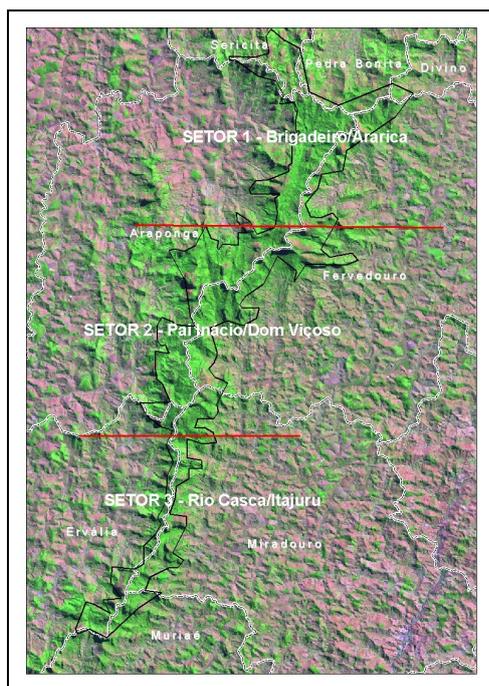


Figura 3 – Setores de amostragem, estabelecidos durante a elaboração do Plano de Manejo do PESB.

A realização das entrevistas, não foi muito fácil, uma vez, como alguns proprietários dos empreendimentos são pessoas acanhadas onde estes onde se nota um certo receio de responder certas perguntas, onde se observa que são pessoas reservadas e com um certas dificuldades para responderem as questões feitas a elas.

No mesmo dia, que foram realizadas as entrevistas, foi realizado um levantamento dos pontos turísticos que se encontram ao longo da BR-482, que atravessa o PESB entre os municípios de Araponga e Fervedouro.

Na terceira etapa foi caracterizada a origem dos visitantes ao PESB, para isso, contou-se com o auxílio do gerente do PESB, que nos forneceu gentilmente as informações contidas no livro de registros de visitantes, entre janeiro de 2007 a março de 2008. De posse destas informações, procuramos separar os visitantes, de acordo com as mesorregiões econômicas do IBGE, ao nível do estado de Minas Gerais e num segundo nível escalar de estados da federação.

Na quarta etapa, realizou-se um levantamento das Organizações não governamentais (ONG's) que atuam a área de Estudo, a fim de identificar os projetos que estão em curso, que tenham haver com a atividade turística. O

processo de identificação se baseou inicialmente, nas informações obtidas junto ao gerente do PESB, que nos indicou as ONG's que atuam no PESB e seu entorno. Logo em seguida, foi estabelecido contatos com as mesmas, porém, nem todas puderam atender a nossa solicitação de entrevista, ficando restrito as seguintes organizações, Ambiente Brasil, CTA/ZM e Amigos de Iracambi.

Nesse intervalo entramos em contato, com o Conselho do Território Rural da Serra do Brigadeiro (TRSB), instituído pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que visa discutir e analisar os principais ações, no âmbito do poder público que a região necessita de investimento. A entrevistada foi a Secretaria Executiva do TRSB Elisa de Jesus Garcia.

Este conselho se baseia em direcionar investimentos na região, foram questionados a estes pontos da seguinte magnitude:

- Qual a relação que estes tem com a região, mais precisamente com o Parque;
- Qual a forma de ação deste conselho;
- Se o conselho tem alguma ação de aumentar a questão turística na região;
- Na visão do conselho quais são as principais pontos na parte de infra-estrutura que a região necessita;
- Se a pratica de turismo na região tem melhorado as condições socioeconômica local.

As entrevistas foram transcritas e guardadas pelo aluno, onde estas transcrições estarão relatadas nas análises das entrevistas.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

A região que hoje constitui o parque já passou e ainda vivencia alguns processos de degradação, pois na década de setenta do século XX, a região serviu como local de exploração de carvão da indústria Belgo Mineira, sendo a mão de obra constituída por migrantes das regiões de ES e RJ. Estas terras eram baratas e o Brasil nesta época estava passando por um período de ditadura militar, onde as elites que tinham o apoio do governo acabavam prosperando e os seus interesses sempre eram atendidos, sem se levar em conta as conseqüências futuras.

Com o passar dos anos, o aumento da importância da proteção de áreas frágeis, foi instituído em 1996, pelo decreto estadual número 38.319, Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, decreto estadual assinado pelo governador do Estado de Minas Gerais. Entretanto as ações mais efetivas no parque, como a construção de guaritas e sede administrativa e as casas de pesquisadores, apenas se efetivaram, a partir do ano de 2005, sendo que no ano de 2006 iniciou-se os trabalhos do plano de Manejo do Parque, que hoje está na fase final de implantação e consolidação.

Por conta da demora da efetivação do plano de manejo, alguns empreendimentos voltados a área turística foram desenvolvidos na área da zona de amortecimento sem nenhum estudo de suas implicações.

Na figura 4 estão pontuados os locais que foram levantados os dados junto à iniciativa pública e a iniciativa privada serão analisados nesta discussão. São quatro pontos destacados, onde o ponto um é a sede do parque onde foi entrevistado o gerente do parque, o José Roberto, o ponto dois é referente à cachoeira do Piu, o ponto três é referente ao município do madeira onde ouve a conversa com a dona Eva e o Senhor João Batista Ferreira, proprietários de restaurante e pensão e o ponto quatro o empreendimento do Senhor Ronaldo Vitarelli. Nestes pontos foram entrevistados as pessoas relacionadas acima, já os turistas foram entrevistados nos pontos dois, três e quatro, pois são locais onde foi encontrado um número maior destes, onde podemos inferir que são os locais de maior visitação, por causa da infraestrutura e dos atrativos turísticos de maior acesso estarem localizados nestes locais.

A seguir estão pontuados no mapa os locais que foram levantados os dados de campo para a análise deste trabalho.

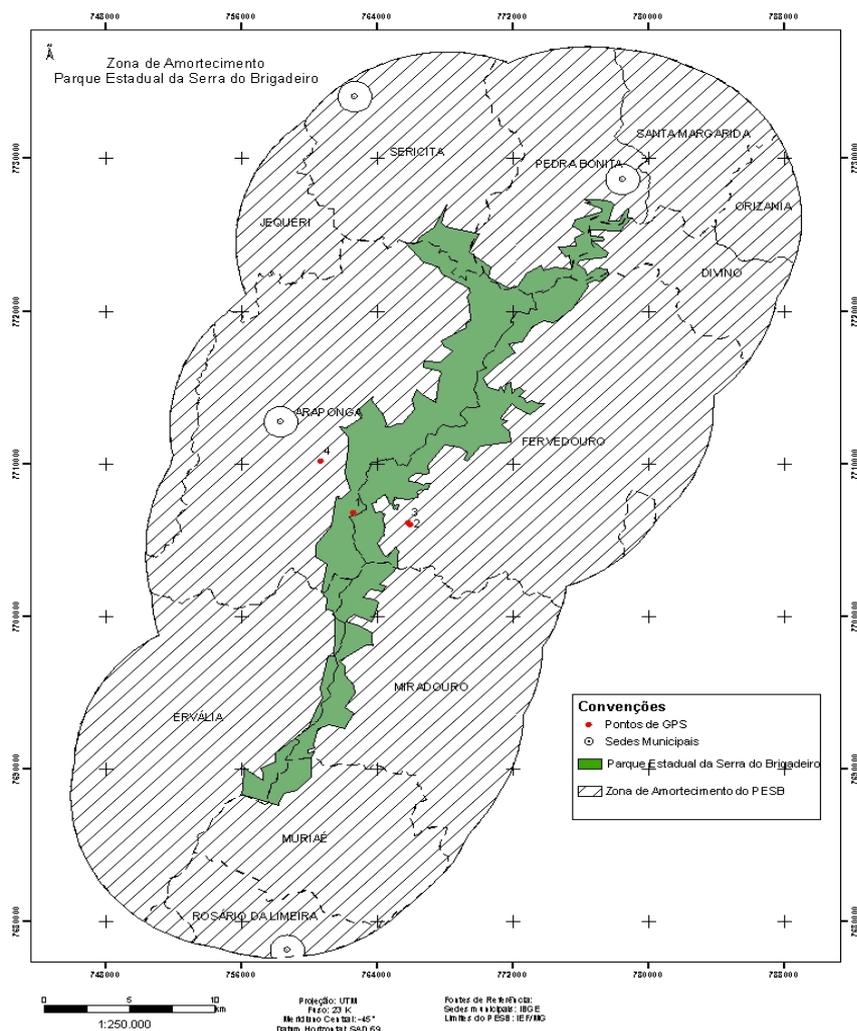


Figura 4 – Locais de coleta de dados.

Elaborado por: Carlos Roberto e Pedro C. Brandão

Fonte: LABGEO-UFV

4.1 – Análise das Entrevistas

4.1.1 – Poder Público (Gerente do Parque José Roberto Mendes de Oliveira)

Quando questionado quanto à estrutura construída no PESB, como a sede administrativa (figura 5), guaritas, centro de visitantes, o gerente pontuou que o parque conta com uma boa estrutura física, pois verifica necessidade de melhoramento estradas de acesso, que se encontra em mal estado de

conservação. Além disso, há projeto neste sentido, ainda para este ano, com a pavimentação desta. As estradas, de acesso ao PESB, BR 482 , hoje estão de forma precária devido às chuvas que são mais intensas no verão, sendo que sempre no período das chuvas, no verão, esta fica bem ruim devido à falta de pavimentação e captação de água pluvial.

Figura 5 – Sede do parque



Fonte: Foto retirado por Carlos Roberto L. Campos no dia 22-03-08

Em relação as ações desenvolvidas no PESB para que haja uma boa relação entre a administração do parque e as comunidades do entorno, o gerente cita a aproximação da administração como os moradores do entorno , através de um diálogo mais profícuo que passou a existir uma maior interação entre a comunidade local do entorno e o parque sem agressões ambientais atingindo assim as condições ideais previstas para uma UC. Abaixo aparecem as ações listadas por ele.

Programas de educação ambiental com os alunos das escolas que estão próximas ao parque. Esta atividade se baseia em visitas monitoradas destas crianças ao parque, desenvolvendo atividades relacionadas à educação ambiental, brincadeiras, trilhas interpretativas, com o intuito de mostrar a importância da preservação do meio ambiente.

As tentativas de minimizar os conflitos entre a administração do Parque e a comunidade do entorno, tentando minimizá-los ao máximo, buscando uma maior conciliação entre as propriedades do entorno com o território Serra do Brigadeiro,

tem sido feitas. Segundo o José Roberto os conflitos mais comuns são os referentes: aos caçadores e pessoas que retiram lenha no parque. No caso dos caçadores, o administrador do parque tenta contornar a situação através de campanhas preventivas e educativas e em casos de reincidência age de forma punitiva, com atuações e até prisões. Às pessoas que se utilizam da lenha para uso doméstico é sugerido a retirada do mínimo possível a fim de diminuir a pressão e a degradação sobre a UC.

Nos relatos de José Roberto, que está à frente da gerência do parque há quatro anos, estes impactos vem diminuindo muito, o que auxilia na proteção da UC. Onde ao que se nota na legislação, SNUC, é a tentativa de uma minimização da pressão nestes locais, onde na obra de DIEGUES (1998) ele apresenta que estas áreas são considerados os neomitos, o que mostra uma certa intocabilidade destes locais.

Segundo José Roberto, a administração do Parque visa à harmonia entre a população e a gerência, onde há um conselho consultivo que auxilia nas tomadas de decisões em relação às ações que serão coordenadas pelos administradores do parque. Este conselho é constituído por representantes locais, poder público (Promotoria), Organizações não governamentais (ONGs), Setor produtivo e IEF (Instituto Estadual de Florestas). Neste conselho são discutidos assuntos referentes à administração do parque e quais as ações que serão tomadas durante a gestão futura.

Outro ponto questionado foi à questão do PROMATA (Programa de Proteção da Mata Atlântica) programa este que investe na conservação e proteção da Mata Atlântica de MG, firmado entre o governo do estado e um investidor alemão, banco KFW, com um investimento de sete milhões de euros na proteção de matas que se encontram no entorno de UCs, programa este que visa auxiliar aos proprietários de terra do entorno destas UCs, através do custeio de plantio de espécies nativas da Mata Atlântica, com o plantio de bosques naturais e com a construção de aceiros. Esta ajuda vem através de incentivos financeiros e em mudas para o plantio. Os resultados têm ocorrido de forma positiva, onde a pressão às UCs tem diminuído consideravelmente em relação ao desmatamento com a redução da procura por madeira para o uso doméstico.

Quando questionado em relação aos pontos negativos, que tem prejudicado ou ameaçado o parque, este listou:

A mineração, a área do parque esta sobre um local de reserva de bauxita e granito, esta reserva já despertou em algumas mineradoras o interesse na exploração destes recursos minerais, sendo que algumas já iniciaram estudos sobre o processo de extração destes minerais, os estudos se concentram no entorno do Parque. A população tem se posicionado de forma contrária a instalação e a retiradas de minerais da região, sendo que estas já estão se prevenindo frente à companhia Vale que deseja instalar em Sericita-MG uma usina mineradora de Bauxita.

A questão da desapropriação das terras que irão ser anexadas ao parque; o principal problema encontrado é em relação à documentação que muitas vezes é antiga e não demonstra a verdadeira área que a propriedade constitui, os registros terão que ser refeitos com medições que indicaram o verdadeiro tamanho das áreas, estas documentações apresentam problemas onde as medições foram feitas há muitos anos não sendo feitas por aparelhos e sim por observações e aproximações.

Devido o parque ter uma extensão muito grande, este esta inserido em oito municípios diferentes e a seis comarcas distintas, acaba gerando conflitos devido a cada município ter um interesse, de acordo com suas demandas particulares. Neste sentido a gerência do parque tem buscado uma administração conjunta a estas prefeituras, a fim de minimizar ao máximo estes conflitos de interesses.

O conflito entre ONGs que utilizam o parque ou o seu entorno para fins de pesquisas ou trabalhos, sendo que hoje pelo menos quatro ONGs utilizam o parque para fins de pesquisas, sendo que podemos citar o Ambiente Brasil (Viçosa), CECO (Carangola), CTA (Viçosa), IRACAMBI (Rosário da Limeira). Estas não trabalham em parceria, o que acaba por causar sobreposição e por sua vez conflitos, pois cada ONG busca maior visibilidade. Por isso, procuram-se especializar em um determinado conhecimento. Agora, o conhecimento produzido não é disponibilizado ao poder público, não contribuindo para o desenvolvimento e da defesa das propriedades do entorno. Porém o gerente do parque tem o conhecimento que o papel da UC tem como finalidade a pesquisa e a visitação de turistas, sendo que a pesquisa e o turista têm o dever de auxiliar no

desenvolvimento e na conservação e na preservação da área. Na visão do gerente há necessidade uma maior sensibilização destas instituições para que haja uma continuidade dos projetos ligados ao parque; projetos estes que podem ajudar nas tomadas de decisões futuras e nos rumos que podem tomar a gerencia do parque.

Outro ponto levantado foi à questão da terceirização dos serviços utilizados dentro do parque, hoje o parque conta com duas empresas que prestam serviços de fiscalização e manutenção do parque, além de contar com parcerias com prefeituras que cedem funcionários que auxiliam na prestação de serviços dentro do parque. As duas empresas, privadas que prestam serviços no parque é a MGs (Minas Gerais Administração e serviços) e a Adservs (Prestadora de serviços administrativos), onde a MGs possui 15 funcionários trabalhando no PESB tem a função de fiscalização das áreas do parque, manutenção e vigilância; já a Adservs possui 10 funcionarios trabalhando no PESB presta serviços na parte administrativa e nos programas de Educação ambiental desenvolvido pelo PESB.

Esta questão de ter mais de uma prestadora de serviço dentro do parque, tem gerado conflitos entre os funcionários, pois alguns fazem praticamente o mesmo serviço, recebem ganhando salários diferentes, como por exemplo, os vigias que trabalham no parque via prefeituras (estes tendo a função de controlar a portaria) ganham menos que os contratados pela MGs. Outro problema também que ocorre na região é a procura muito grande de empregos no parque, muitas pessoas almejam trabalhar dentro no parque devido ser um serviço que proporciona uma maior estabilidade por ser um serviço de carteira assinada.

Esta questão da prestação de serviços em unidades de conservação está intimamente relacionado as discussões, que ROCKTAESCHEL (2006), traz na sua obra onde esta faz uma menção em relação a este assunto, onde na visão desta autora, a terceirização proporciona a distribuição de renda por meio da geração de novos empregos, o que contribui para reduzir os problemas de ordem social e econômica, pois fomenta o surgimento de novas frentes de trabalho e, como consequência, tem reflexos na diminuição da fome e da miséria no país, pois muitas vezes a dependência do setor público na tentativa de fazer o surgimento de empregos pode esbarrar em burocracias. A terceirização pode ser a saída mais rápida para que haja novos serviços nos locais. Esta terceirização de serviços é

assegurada por lei, SNUC, onde a restrição nesta parte fica somente na parte da gerência e na parte de infraestrutura como pousadas e hotéis dentro da UC, pois estes tipos de empreendimentos são proibidos dentro dos limites estabelecidos de domínio da UC.

Dentro da questão de prestação de serviços do parque o gerente faz um relato bem interessante em relação a este ponto. Em 2005 quando se iniciou as obras da construção da sede do parque, não havia muita disponibilidade de mão de obra para os serviços que se necessitavam no local, hoje com toda a sede montada, houve, como já citado antes, uma terceirização de uma parte de serviços desta UC's, sendo que a empresa MGs realizou concursos para que fosse contratados as pessoas que trabalham no parque, aparecendo muitas pessoas aumentando muito a concorrência pelas vagas, com a aprovação de algumas as pessoas sempre buscam alguma forma de trabalharem no parque, e as pessoas que passaram no concurso algumas são da região, onde estas mudaram para a região e seus familiares (companheiro(a), filhos), tentam também trabalharem como funcionários do parque.

Na visão do gerente nos últimos anos, devido à implantação do parque como uma UC Estadual na região, e a grande divulgação deste em meios de comunicação, tem atraído várias pessoas à região, que diretamente tem causado um aumento do número de posadas e serviços, com o intuito de atender os turistas, como bares e restaurantes. Os principais atrativos turísticos que estes procuram, são as cachoeiras, as trilhas e alguns picos, que são bem conhecidos na região, como o pico do boné (figura 6) que tem mais de 1.700 metros de altitude e o mais alto do parque que o pico do Soares (figura 7) com quase 1.900 metros, podendo encontrar também alguns outros picos como o da cabeça das antas, pedra do pato, sendo que estudos mostram que este parque ser um dos que apresentam um grande numero de pontões, apresentando assim uma paisagem diferenciada na região e no entorno.

Figura 6 – Pico do boné

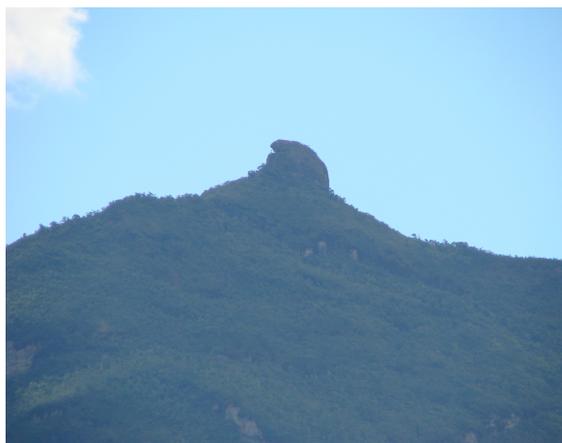


Figura 7 – Pico do Soares.



Fonte: Foto de Carlos Roberto L. Campos, retirada no dia 22-03-08

Na visão do gerente, o turista tem muito a contribuir para melhora da região, tanto assim que já aparecem algumas mudanças positivas devida esta nova modalidade econômica que tem a cada dia despertado interesse de várias pessoas (prestação de serviços aos turistas), o que tem gerado ganhos na parte socioeconômica segundo relatos do gerente. Para o gerente, havendo uma melhora na infra-estrutura na região, principalmente na questão do acesso (estradas), irá aumentar a procura de pessoas na região, o que irá aumentar muito a questão da demanda de serviços na região, gerando assim mais renda na região.

Dentro deste contexto o José Roberto vê que o turista ou visitante tem auxiliado muito na questão do desenvolvimento da região, onde sabendo explorar de forma correta estes bens a região irá desenvolver muito, porém não esquecendo de que a exploração dos recursos naturais da área tem que ocorrer de forma consciente, para que não haja nenhum grande impacto nestes locais.

4.1. 2 – Iniciativa Privada - Empreendedores.

Durante a visita ao parque conversamos com quatro empreendedores, Olair Henrique da Silva (PIU), Dona Eva (Pensão), João Batista Ferreira (Pousada e restaurante Brigadeiro), Ronaldo Vitarelli (Restaurante e Pousada – Serra d água).

Os empreendedores, seguindo o mesmo roteiro de perguntas aplicado ao gerente do PESB.